

JORNAL DO JUDICIÁRIO

Informativo do Poder Judiciário do Ceará | jul/ago/set de 2017

Judiciário do Ceará realiza maior número de conciliações no Brasil

Relatório anual do CNJ apresenta o Tribunal de Justiça cearense como o primeiro colocado em número de conciliações entre as Cortes estaduais. Os dados, referentes ao ano de 2016, também trazem resultados satisfatórios nas áreas de execução e virtualização da 2ª Instância, que recebe todos os novos processos de forma eletrônica

Págs. 6 e 7

Juízes movimentam cerca de **três mil processos** de violência doméstica

TJCE divulga resultado final da “Semana pela Paz em Casa”, movimento nacional de julgamento de crimes contra a mulher

Pág. 3

Magistrados julgam **636 ações** de réus multidenunciados

A conclusão dos processos permite obter a pena total pelos crimes e entregar os acusados ao sistema carcerário com a situação definida

Pág. 4

Responsabilidade social da Justiça do Ceará

Projeto do Juizado de Caucaia beneficia pessoas carentes de várias comunidades. Em cinco anos, já foram repassados mais de R\$ 1 milhão para ações de saúde, educação e segurança pública. Os recursos vêm da transação penal

Pág. 8



Conecte-se:

- www.tjce.jus.br
- facebook.com/tjceoficial
- [@tjcenoticias](https://twitter.com/tjcenoticias)
- [@tjceoficial](https://instagram.com/tjceoficial)
- [/tjceimprensa](https://www.youtube.com/tjceimprensa)

Unificação de cadastros facilitará adoção

Tribunal de Justiça do Ceará sediou encontro de juizes, promotores, procuradores, defensores e outros profissionais sobre infância e juventude



Sobre o sistema socioeducativo, a desa. Vilauba Lopes defende maior esforço conjunto

Os debates da oitava edição do Encontro da Magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública da Criança e do Adolescente do Estado trataram de temas como regionalização, sistema socioeducativo e adoção. O evento ocorreu nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), em Fortaleza.

Em uma das palestras, a juíza Sandra Aparecida Silvestre, auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça, explicou as mudanças nos cadastros de adoção e de pessoas acolhidas, que deverão ter dados unificados para facilitar a busca, por parte dos juizes da Infância e da Juventude em todo o Brasil. Esse procedimento será feito até junho de 2018, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

De acordo com os dados fornecidos, em todo o país, existem 47 mil crianças e adolescentes em situação de acolhimento vivendo em quase quatro mil unidades credenciadas ao Judiciário, sete mil pessoas para adoção e 35 mil pretendentes. “Com o cadastro único, teremos encontro de informações, com a participação dos setores de informática dos Tribunais para indicar ao juiz, com precisão, a criança ideal para atender ao interesse do pretendente à adoção”, afirmou a magistrada.

Houve ainda explicações do juiz José Dantas de Paiva, do TJRN, que apresentou experiências de regionalização e ressaltou a importância das equipes técnicas interdisciplinares naquele Estado, com a criação de sete fóruns regionais, equipados com toda infraestrutura necessária ao atendimento de crianças e adolescentes em conflitos com a lei. Ainda com relação ao tema, o magistrado Manuel Clístenes de Façanha e Gonçalves, da 5ª Vara da Infância e da Juventude de Fortaleza, destacou os entraves para a ressocialização dos jovens.

A coordenadora da Infância e da Juventude do Judiciário cearense, desembargadora Maria Vilauba Fausto Lopes, presidiu o Encontro. Ela entende que é preciso esforço articulado para resolver os problemas, sobretudo quanto ao sistema socioeducativo. “Políticas públicas visando proporcionar aos reeducandos mais lazer, esportes, formação profissional e escola são alternativas efetivas.”

Também participaram promotores e procuradores de Justiça, defensores e demais profissionais locais e de outros Estados. O próximo encontro, em 2018, será de responsabilidade da Defensoria Pública do Ceará.

TJCE movimentou 2.967 processos de violência contra a mulher em cinco dias

O trabalho envolveu juizes e servidores da Capital e do Interior. No Juizado da Mulher de Fortaleza foram 60 sentenças e 105 medidas protetivas



Houve ainda oficina para conscientizar alunos de escola pública

Com o objetivo de agilizar a tramitação de ações envolvendo crimes contra a mulher, o Judiciário cearense acelerou o andamento de 2.967 processos em cinco dias. A iniciativa fez parte da “Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa”, realizada de 21 a 25 de agosto deste ano, com a participação de 51 magistrados e 214 servidores.

Do total de casos, foram 785 despachos, 201 medidas protetivas, 389 sentenças (incluindo situações de feminicídio) e 447 audiências, além de outros procedimentos. Os dados foram fornecidos pela Coordenadoria Estadual da Mulher do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), que tem à frente a desembargadora Helena Lúcia Soares.

O Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Fortaleza contabilizou 1.753 ações movimentadas, sendo 160 sentenças, 105 medidas protetivas, 201 despachos e 82 audiências de instrução, entre outras. No Interior, houve atuação em diversas comarcas, como Pacajus, que analisou 137 casos; Iguatu, 120; Juazeiro do Norte (Juizado da Mulher), 100; e Independência, 84.

Paralelamente ao trabalho desenvolvido nas unidades judiciais, a campanha também realizou iniciativas de esclarecimentos ao público. Na Capital, por exemplo, a equipe do

Juizado da Mulher visitou escola e hospital públicos, distribuiu folders e proferiu palestras sobre a Lei Maria da Penha.

A titular da unidade, juíza Rosa Mendonça, considera essas atividades importantes porque conscientizam a população. “A iniciativa foi muito positiva, não somente para as mulheres, que são as mais beneficiadas, mas, inclusive, para o Judiciário, que se volta para essas questões e se mobiliza concentrando esforços para melhor atender os casos.”



A “Semana pela Paz em Casa” é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), em parceria com os Tribunais de Justiça de todo o país.

Combate à violência

O TJCE promove outras ações que contribuem para a proteção da mulher vítima de violência. Em parceria com a Polícia Militar, o Ronda Maria da Penha oferece assistência a mulheres que sofreram violência domiciliar na Capital. As vítimas recebem visitas da equipe do Juizado da Mulher e de PMS para o acompanhamento das medidas protetivas.

Ainda em Fortaleza, existe o Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Doméstica (Nuah), desenvolvido pela Vara de Penas Alternativas. O projeto atua com pessoas encaminhadas pelo Juizado da Mulher, que participam de encontros com o objetivo de promover reflexão sobre as agressões.

O Paz no Lar, criado em Maracanaú (Região Metropolitana de Fortaleza), consiste na ida do juiz César Morel Alcântara, titular da 3ª Vara Criminal daquela Comarca, uma vez por mês, às casas de mulheres agredidas. O projeto também contempla o Ronda da Família, com a participação da PM e da Guarda Municipal.

Iniciativa da juíza Ana Cláudia Gomes de Melo, da 2ª Vara da Comarca de Quixadá (Sertão do Ceará), em parceria com grupo de profissionais do Serviço de Psicologia Aplicada do Centro Universitário Católica de Quixadá, possibilita aos agressores participarem de reuniões semanais que oportunizam reflexão, a autocritica e a mudança de conduta a partir de temáticas desenvolvidas em equipe.

Justiça julga 636 processos de réus multidenunciados

Esforço concentrado concluiu, em menos de cinco meses, casos complexos envolvendo acusados com seis ou mais ações criminais em Fortaleza

O Judiciário do Ceará apresentou o resultado da primeira fase do Movimento de Apoio ao Sistema Prisional de Réus Multidenunciados (Masp), que realizou 636 julgamentos de casos de pessoas com seis ou mais ações criminais em andamento na Comarca de Fortaleza. Objetivo é finalizar os processos e entregar os envolvidos à Secretaria da Justiça do Estado com a situação definida e a pena total a ser cumprida.

A atuação ocorreu de 24 de março a 18 de agosto deste ano, nas 24 Varas participantes (16 Criminais, 5 do Júri e 3 de Tráfico de Drogas) do Fórum Clóvis Beviláqua. As unidades julgaram 477 autos. Os demais (159) foram finalizados nas três Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), que concentraram es-

forços para réus com três ou mais recursos. A nova etapa iniciou em 20 de setembro.

Resposta à sociedade

Para o presidente do Tribunal, desembargador Gladysson Pontes, o resultado mostra o empenho dos magistrados e que é possível dar resposta mais breve e positiva para a sociedade. “Estamos no caminho certo para ofertar maior agilidade na solução dos processos. O Masp conseguiu provar que é viável fazer um trabalho que traga resultados, dentro de perspectiva que envolve não só a magistratura, mas também a Defensoria, o Ministério Público e a advocacia.”

Casos complexos

Na avaliação do supervisor do Masp, desembargador Raimundo Nonato Silva Santos, a atividade é considerada exitosa, porque houve o compromisso dos magistrados e servidores, não teve gasto financeiro e demonstrou preocupação para com o cidadão. “A sociedade é quem ganha com isso. O Judiciário está fazendo a sua parte, e cabe ao Executivo, por intermédio da ressocialização, dar a sua parcela de contribuição.”

Tinha réu com 21 processos, grande parte relacionada a furto de roubos de cargas, e somente três julgados. Na situação atual, ele está com dez finalizados (veja os gráficos comparativos). Outros que tinham seis, foram julgados em todos.

A coordenadora do projeto, juíza Jacinta Inamar Franco Mota, ressaltou que alguns autos são complexos. Ela citou o exemplo de um deles, que apresentava 17 acusados. “Houve empenho da Justiça, ciente da necessidade do sistema prisional e do clamor da sociedade, de que o réu só saia quando tenha direito à progressão, mas julgado.”

Entre as outras situações processuais resolvidas, estão dois casos. Em um deles, o réu respondia por roubos, a maioria contra clínicas médicas e odontológicas. Ele foi julgado em todos. No outro exemplo, o acusado tinha sete ações, estava condenado em uma e já se encontrava perto de mudar de regime. Com a conclusão, a pena saltou de oito anos para 34 anos de prisão.

O balanço do Masp foi apresentado na sessão do Órgão Especial de 31 de agosto. É resultado da aprovação, em 16 de março, de resolução do colegiado.

Fórum inicia implantação da Central de Atendimento

A finalidade é concentrar todos os serviços em um mesmo local, facilitando a busca por informações e outras demandas



mento e ressaltando a importância e essencialidade do usuário em nossas dependências”.

Ele ressaltou que, com a unificação, deverá ser ampliado o número de guichês de atendimento. Dessa forma, além de evitar a segmentação das informações, possibilitará implementar política de controle de resultados, aprimorando a gestão do setor. A Central visa também otimizar o trabalho nas Secretarias das Varas, permitindo que as unidades se dediquem integralmente às atividades judiciais.

O secretário de Planejamento e Gestão do TJCE, Sérgio Mendes de Oliveira Filho, também ressaltou os benefícios esperados. “A Central Única de Atendimento concentrará alguns dos principais serviços oferecidos, como protocolo de processos e consulta processual, o que resultará em um atendimento mais rápido e eficaz. Trata-se de uma iniciativa de grande relevância que levará à melhoria do atendimento ao cidadão.”

Os serviços de atendimento ao público, que atualmente ocorrem em diferentes setores do Fórum Clóvis Beviláqua, serão concentrados em um único espaço. Segundo o diretor do Fórum, juiz José Ricardo Vidal Patrocínio, a ideia é padronizar os procedimentos, dando maior qualidade e agilidade, além de facilitar e aprimorar o acesso do cidadão à Justiça.

Selecionada como um dos projetos estratégicos do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) para o período 2015/2020, a Central Única de Atendimento ao Jurisdicionado está prevista para ser implantada no primeiro trimestre de 2018. Inicialmente, deve ser contemplada a área de Família e, posteriormente, estendida para as demais especialidades.

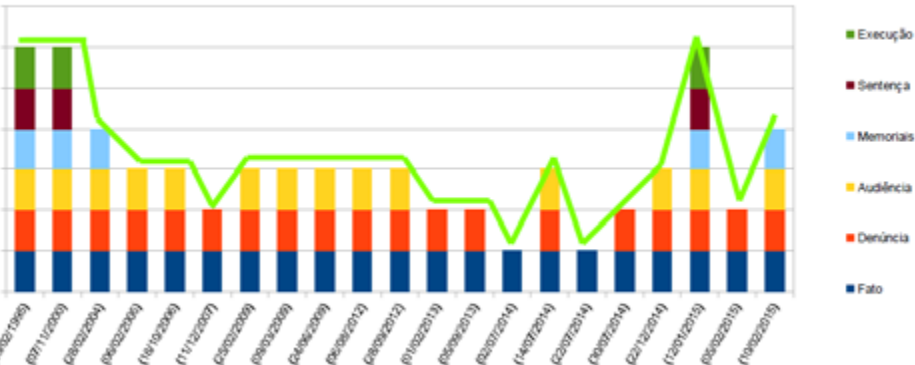
O supervisor do Serviço de Atendimento Judicial do Fórum e gerente do projeto, Nelson Ricardo de Moraes Nogueira, explica que o objetivo é criar unidade que “aglutine as demandas principais e prioritárias do jurisdicionado mediante política de atendimento de excelência, de modo a oferecê-lo de forma satisfatória e conclusiva, promovendo acolhi-



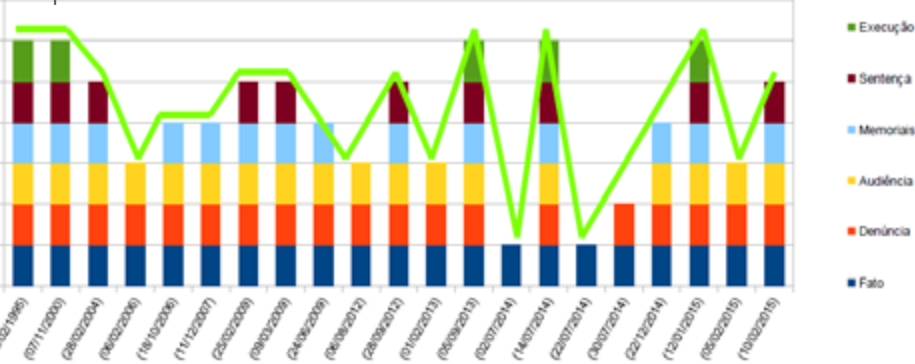
A unidade facilitará o acesso e permitirá a melhoria do atendimento ao cidadão

Antes do MASP

Fonte: Masp



Depois do MASP



TJCE é destaque em conciliação

Os dados, que constam no relatório do CNJ, levam em consideração todos os Tribunais estaduais. A Corte cearense também apresenta bom desempenho na área de execução, atendimento à demanda e virtualização do 2º Grau

Em relação aos acordos obtidos nas audiências de conciliação, o Judiciário cearense ocupa o primeiro lugar no país, com 25% de consensos homologados, na comparação com o total de sentenças. A estatística considera todas as Cortes estaduais, conforme o relatório “Justiça em Números 2017”, divulgado no dia 4 de setembro.

Os dados são relacionados a 2016, quando houve 62.601 acordos do total de 250.682 sentenças, cujos processos podem ser objeto de conciliação. A supervisora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves, afirma que o setor desenvolve uma série de atividades, como formação de conciliadores e mediadores, além da validação desses profissionais no Cadastro do CNJ; instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e efetivação e ampliação das extensões do Cejusc de Fortaleza. Também promove mutirões e pautas concentradas e disponibiliza o formulário eletrônico para cadastramento de dados e apresentação de estatísticas.

A magistrada considerou que essa política, prevista em resolução do CNJ e no Código de Processo Civil, surge “como mecanismos aptos e recomendados à concretização do princípio do acesso à Justiça. Para as partes, temos que através da conciliação e da mediação é proporcionado um inédito sentimento de empoderamento, sendo ofertada a possibilidade de que elas próprias construam juntas uma solução para suas demandas, fundamentadas no diálogo, respeito e tolerância. Ressalto que os bons resultados obtidos credita-se à gestão do desembargador Francisco Gladysson Pontes, como supervisor do Nupemec, auxiliado pelos juizes Carlos Henrique Garcia de Oliveira, na coordenação do Núcleo, e Natália Almino Gondim, na coordenação do Cejusc de Fortaleza, no biênio 2015/2016”.

Execução

Na fase de execução processual (cumprimento da decisão final), o relatório apresenta o

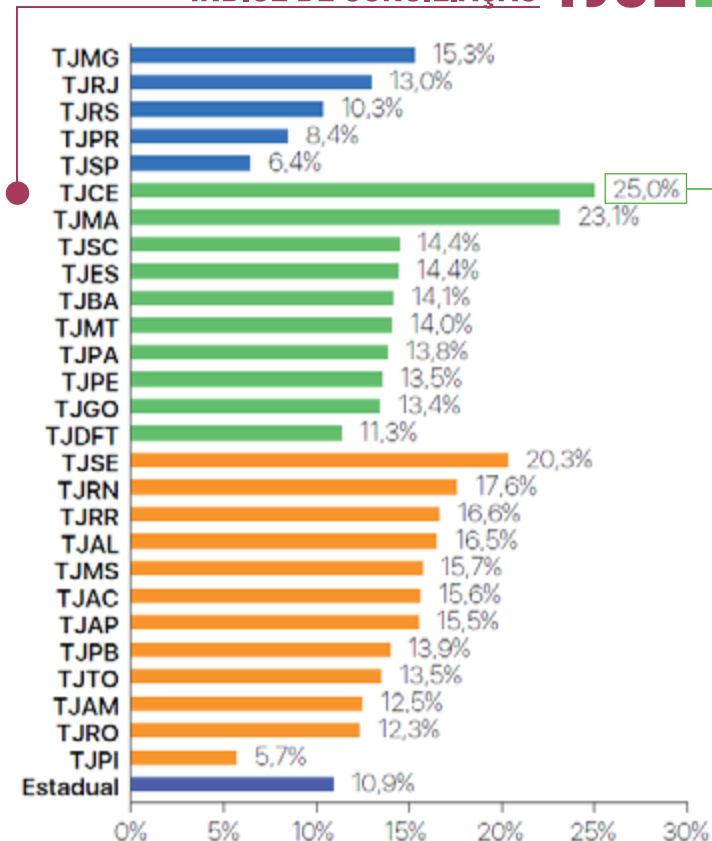
TJCE com 25% de casos pendentes em relação ao estoque de ações, ficando em terceiro lugar, entre as Cortes de médio porte (cor verde no gráfico), em situação melhor do que todos os Tribunais de grande porte (cor azul) e abaixo da média nacional, que é de 53%. Nesse item, quanto menor o índice, melhor é o resultado.

Nos processos de execução fiscal (recuperação de crédito tributário), os casos pendentes colocam o Ceará como o terceiro melhor entre as unidades de médio porte. O TJCE apresenta a menor taxa de congestionamento dessas execuções, considerando-se o mesmo grupo de Tribunais.

Atendimento à demanda e virtualização

No Índice de Atendimento à Demanda (capacidade de baixar processos em relação à quantidade de casos novos), no 2º Grau de Jurisdição (Tribunal), o Estado registrou resultado de 117%, ficando acima da média nacional (91%). Na 1ª Instância (Varas, Juizados e Turmas Recursais), o percentual é de 95%.

ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO TJCE 25%



Fonte: CNJ

O índice de novos processos eletrônicos no TJCE (2ª Instância) é de 100%, ou seja, todas as ações que entram no 2º Grau são protocoladas de forma digital. O TJCE é o único com esse percentual entre as unidades de médio porte. O número também é mais alto do que a média nacional, de 42%.

Ações de descongestionamento

O relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também apresenta o Índice de Produtividade. No Ceará, a média de 929 baixas por magistrado deve-se à demanda crescente de processos, com aumento de 13% de 2015 (366.504) para 2016 (414.605), e ao quadro deficitário de servidores e magistrados.

A média é de 5,08 magistrados para cada 100 mil habitantes e de 74,1 servidores para o mesmo grupo de pessoas. O TJCE é o 20º colocado entre os Tribunais de Justiça e o 7º entre as Cortes de médio porte. Possui a 2ª menor força de trabalho per capita do país e a menor entre os TJs de médio porte.

A referida média processual já obteve melhora em 2017, com ações da atual Gestão do Tribunal para aumentar a quantidade de julgamentos e reduzir o número de ações. Entre as medidas está o aumento de pessoal no 1º Grau de Jurisdição, por meio da transferência de recursos antes concentrados na 2ª Instância.

Houve a reestruturação administrativa que destinou dois profissionais (assistente e supervisor de unidade judiciária) para atuar diretamente com cada juiz do Estado. Antes, os magistrados contavam com apenas um servidor no desempenho desse serviço.

Conforme a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do TJCE, o acréscimo de servidores já gerou aumento da média mensal de julgamentos. Na comparação do período de maio a julho com relação ao intervalo de janeiro a abril, representou 25% de acréscimo. Comparando maio a julho deste ano como o mesmo período de 2016, o aumento foi de 13%.

A implantação do projeto de virtualização (processo eletrônico) no Interior do Ceará e o concurso para ingresso de novos juizes também contribuirão para melhorar os dados. Esta edição do “Jornal do Judiciário” traz outras ações com o objetivo de promover maior agilidade, como “Semanas pela Paz em Casa” (página 3), Masp (4), Central de Atendimento ao Cidadão (5), grupo para cumprimento de sentenças cíveis (9) e aumento de audiências (10).

“Justiça em Números”

O relatório em que constam as informações sobre conciliação, produtividade e taxa de congestionamento, entre outros itens, é elaborado anualmente pelo CNJ. O “Justiça em Números” abrange todos os Tribunais do Brasil, comparados de acordo com o tamanho (porte) e a competência (estaduais, trabalhistas, eleitorais, militares e federais). Os dados podem ser consultados no site www.cnj.jus.br.

Juizado de Sobral amplia atendimento à população

A Comarca de Sobral (Norte do Estado) ampliou o atendimento do Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) com a instalação de anexo na Faculdade Luciano Feijão. A pessoa pode, inclusive, entrar com ação judicial sem advogado, nos casos até 20 salários mínimos, como já ocorre no Juizado, localizado no Fórum. A inauguração da estrutura ocorreu em 18 de agosto, com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Ceará, desembargador Gladysson Pontes; do juiz Elison Pacheco, titular do JECC; do chanceler da Faculdade, Luciano Feijão; de outros magistrados e autoridades locais.



Desembargadora do TJCE fará parte do CNJ

A desembargadora Iracema Vale, do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), teve o nome aprovado, no dia 20 de setembro, pelo Senado Federal, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A indicação é do Supremo Tribunal Federal (STF). Ela ficará como conselheira durante dois anos, prorrogáveis pelo mesmo período.



Judiciário e a responsabilidade social

Mais de R\$ 1 mi aplicados em ações transformadoras em comunidades de Caucaia

Contribuir para o desenvolvimento social também é preocupação do Judiciário do Ceará. Por meio de ações como o “Juizado Social”, centenas de pessoas são beneficiadas com iniciativas que promovem a dignidade e a igualdade em comunidades carentes do Município de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza.

Criado pelo Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) daquela Comarca, em 2013, o programa já financiou, aproximadamente, 30 projetos de várias instituições. Chega à quinta edição, na qual foram selecionadas sete propostas que serão contempladas por um ano (agosto de 2017 a julho de 2018).

Cidadania

O “Pequeno Cotelengo: O Amor em Movimento” da entidade Pequeno Cotelengo Dom Orione, que assiste a pessoas com deficiência, começou a ser idealizado após a assistente social Eliane Maia conhecer o programa, ainda na primeira edição. Ela percebeu a oportunidade para colocar em prática o centro de reabilitação, ideia contemplada pelo “Juizado Social” há cinco anos.

Com o auxílio, o projeto, que oferece serviços de fisioterapia e terapia ocupacional, beneficia cerca de 200 pessoas (de 4 a 30 anos de idade) com síndrome de down, autismo, deficiência intelectual e múltiplas, além de paralisia cerebral, como é o caso do menino Augusto Gabriel (6), atendido há três anos.

A assistente social afirma que a verba permite manter as atividades específicas da ação. “É muito importante receber essa ajuda. Graças

ao olhar de responsabilidade social do Juizado, conseguimos manter o centro em funcionamento e atender quem precisa. Ver os pacientes evoluindo é uma emoção sem fim. O sentimento é de gratidão.”

Impacto transformador

O juiz Luiz Augusto de Vasconcelos, titular do JECC, explica que os valores são destinados a projetos com finalidade social relacionados à segurança pública, saúde ou educação. Segundo ele, não há limite de participação. No entanto, o montante deve ser aplicado, exclusivamente, na iniciativa aprovada.

O magistrado ressalta ainda que todo investimento é acompanhado, mensalmente, pelo Juizado. “Esses projetos trouxeram resultado excelente para o público-alvo, que são dependentes químicos, deficientes

físicos ou mentais, crianças e adolescentes em situação de risco.”

As quantias repassadas vêm da transação penal, acordo que permite substituir a reclusão por pagamento de valores ou prestação de serviços, nos delitos de menor potencial ofensivo. O promotor de Justiça e um dos idealizadores do programa, Hugo Mendonça, destaca que “são escolhidos projetos que causam impacto transformador da realidade social de forma mais concreta”. Desde a implantação, já foram aplicados mais de R\$ 1 milhão em comunidades.

Outra idealizadora é a juíza Tereza Germana Lopes de Azevedo, então titular do JECC de Caucaia. O “Juizado Social” é baseado na Resolução nº 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Projetos contemplados pelo quinto edital

Ação	Entidade
“Ciranda de Letras”	Associação dos Moradores e Amigos da Comunidade de Vila Nova
“O Conto em Cada Canto”	Centro de Pesquisa e Vivência Ecológica
“Líderes do Futuro”	Associação Escola de Campeões
“Pão Nosso”	Lar Beneficente Clara de Assis
“Tela Viva”	Lar Fabiano de Cristo
“Pequeno Cotelengo: O Amor em Movimento”	Pequeno Cotelengo Dom Orione
“Sementes de Esperança”	Patronato Santana

Equipe criada pelo TJCE atua em 466 processos cíveis

Os casos são referentes a cumprimento de sentenças definitivas



Grupo de juizes atuara durante 12 meses

A comissão criada para dar maior agilidade ao cumprimento de processos das Varas Cíveis de Fortaleza movimentou 466 ações no período de 41 dias (21 de julho a 31 de agosto deste ano). O objetivo é concentrar esforços nos casos em que não há mais possibilidade de recurso (sentença definitiva), permitindo a real efetividade das decisões.

O coordenador da equipe, juiz Demétrio Saker Neto, explica que, após o trânsito em julgado (quando a parte não pode mais recorrer), tem início a fase de cumprimento, na qual o perdedor é intimado para satisfazer a obrigação imposta. “Caso não seja feita espontaneamente, poderão ser adotadas medidas, como penhora de bens, seja imóveis ou carros, entre outros.”

O magistrado que está à frente das atividades afirma que a comissão foi criada “na busca de uma forma para enfrentamento do congestionamento e de uma melhor prestação jurisdicional, inclusive, atingindo metas propostas pelo Judiciário cearense”. Também atuam os juizes Aristófanes Vieira Coutinho, Epitácio Quezado Cruz Júnior, Antônio Teixeira de Sousa e Antônio Cristiano de Carvalho Magalhães, além de servidores do Fórum Clóvis Beviláqua.

Criado pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), conforme portaria da Presidência publicada em 13 de julho deste ano, o grupo atuará por 12 meses. Esse tempo começou a contar a partir do dia 21 daquele mês, de acordo com regras da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.

Especialização

As Varas Cíveis da Capital passarão por mudanças, aprovadas no dia 10 de agosto pelo Pleno do TJCE, para maior celeridade. Das 39 unidades, 13 cuidarão de demandas em massa, sendo cinco para revisão de contratos bancários e busca e apreensão em alienação fiduciária, quatro destinadas à execução de título extrajudicial e quatro voltadas ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). As outras 26 cuidarão dos demais processos.

NOTAS

“Pai Presente” entrega resultados de exames de DNA

A Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará promoveu 48 audiências para entregar resultados de testes de DNA relativos a procedimentos de investigação de paternidade. As sessões foram realizadas nos dias 17 e 18 de agosto. Ao todo, em 2017, a instituição disponibilizou 169 exames. A ação faz parte do programa “Pai Presente”, que tem a finalidade de buscar a paternidade das pessoas que têm somente o nome da mãe na Certidão de Nascimento.



Juizes integram Conselho de Direitos Humanos

Os magistrados Marlúcia de Araújo Bezerra e Marcelo Roseno de Oliveira, do Judiciário do Ceará, fazem parte do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, na condição de titular e suplente, respectivamente. A posse ocorreu no dia 28 de agosto para atuação no período 2017/2019. O órgão, ligado à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado, é formado por representantes de instituições públicas e da sociedade. Atua na política de proteção dos direitos humanos.



TJ realiza conciliação em precatórios do Estado

Em setembro, prosseguem as audiências de conciliação em precatórios que têm o Estado como devedor. As sessões ocorrem no Tribunal de Justiça, com requisições de pagamento feitas em 2005 e 2006. Os casos fazem parte da pauta que soma 42 processos e 104 credores. As atividades são de responsabilidade da Assessoria de Precatórios.

Campanha de doação de brinquedos

O Judiciário do Ceará participa da campanha “Sorriso Largo”, que arrecada brinquedos para crianças. Essa é a 12ª edição do evento, que tem vários parceiros além da Justiça. É realizado em razão do Dia da Criança (12 de outubro).

Novidades no “Judiciário em Evidência”

O “Judiciário em Evidência”, programa de TV do Tribunal de Justiça, produz quadro de incentivo à cultura e à arte. Também abriu seção específica para direito do consumidor. Outra inovação foi a inclusão na grade da TVC, passando a ser exibido em quatro emissoras. Pode ser acompanhado ainda em www.tjce.jus.br.

Audiências no Interior

A Ouvidoria da Justiça do Ceará continua o ciclo de audiências públicas com a participação da sociedade no Interior. A mais recente ocorreu na Comarca de Sobral (Norte do Ceará), no dia 30 de agosto. A sessão foi presidida pela ouvidora do Judiciário, desembargadora Iraneide Moura. Os encontros reúnem representantes da Segurança Pública, do Ministério Público, da Defensoria e advocacia, além de prefeitos, juízes e pessoas da comunidade.

TJ supera meta e aumenta número de audiências

O percentual fixado para o ano de 2017 foi superado ainda no primeiro semestre. A medida faz parte do Plano Estratégico do Judiciário estadual, conjunto de ações para melhorar os serviços

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) ultrapassou o percentual de 54% de audiências a serem realizadas durante 2017. Ainda no primeiro semestre, o Judiciário cearense obteve o resultado de 70,7%. A meta, já superada, faz parte do objetivo de promover celeridade, produtividade e efetividade, incluso no Plano Estratégico 2015/2020 da instituição.

Outras seis também foram cumpridas (veja as principais abaixo) e nove estão com índices de alcance de 50% a 90%. “Na medida em que o Tribunal alcança as metas, está melhorando a prestação jurisdicional, utilizando de forma mais eficiente os recursos, aperfeiçoando a infraestrutura, a gestão de tecnologia da informação”, afirma o secretário de Planejamento e Gestão do TJCE, Sérgio de Oliveira Filho.

Meta

Ampliar canais de comunicação com a sociedade (duas ações)

O que foi feito?

✓ NOVO QUADRO SOBRE DIREITO DO CONSUMIDOR NO JUDICIÁRIO EM EVIDÊNCIA

✓ PARCERIA COM A TVC PARA TRANSMISSÃO DO JUDICIÁRIO EM EVIDÊNCIA

Meta

Elevar o percentual de capacitação dos servidores (67%)

O que foi feito?



Meta

Aumentar em 1% a receita própria (60,6%)

O que foi feito?



Corregedoria amplia estrutura de fiscalização

Construção de anexo permitiu aumentar as instalações destinadas às atividades



Solenidade de inauguração do anexo, com a presença de magistrados

A estrutura para orientação e fiscalização das varas e dos cartórios foi ampliada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará. O prédio onde fica a unidade ganhou anexo, inaugurado no dia 24 de agosto, com 12 salas para realização de audiências, reuniões e outros trabalhos dos juízes corregedores auxiliares e dos inspetores.

desempenho das atividades afetas ao aprimoramento da Justiça. As novas instalações garantem espaço físico qualificado e permitem prestação de serviço mais esmerado e eficiente.”

Para o corregedor-geral, desembargador Francisco Darival Beserra Primo, a Corregedoria “está atenta aos trabalhos realizados por juízes e cartorários. Por isso, a importância dessa nova unidade,

É um avanço a ser comemorado, avalia o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Gladysson Pontes. “Proporcionará melhor

com amplos espaços, propiciando serviços de correição, orientação e aconselhamento mais apurados. Ganha o cidadão cearense, que será melhor assistido”.

O procurador-geral de Justiça do Estado, Plácido Rios, também afirma que a sociedade é a maior beneficiada. A defensora pública-geral, Mariana Lobo, disse que a Corregedoria tem desempenhado papel importante de aproximação com o jurisdicionado.

Homenagem

O anexo recebeu o nome da desembargadora Águeda Passos Rodrigues Martins, corregedora-geral de 2001 a 2003. A nomenclatura das salas foi uma homenagem a outros magistrados que atuaram no órgão.

TJCE planeja concursos para juízes e cartórios

Comissões elaboram os editais das seleções públicas

A Comissão Examinadora do Concurso de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) está planejando a seleção pública, autorizada no dia 10 de agosto. A equipe tem à frente o vice-presidente da instituição, desembargador Washington Araújo. Os candidatos passarão por provas e análise de títulos.

Geralmente, as fases envolvem inscrição definitiva, sindicância (da vida pregressa e investigação social), exame de sanidade (física, mental e psicotécnico), provas (escrita e oral) e avaliação de títulos.

O grupo é formado também pelos desembargadores Inácio Cortez Neto, Tarcílio Souza e Lígia Magalhães (efetivos) e Carlos Alberto

Forte e Maria de Fátima Loureiro (suplentes), além de representante da Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Ceará (OAB/CE). Os servidores do Judiciário Maria Helena Fernandes, Michelle Feitosa e Mateus Bezerra auxiliam as atividades.

Cartórios

Também estão em análise os procedimentos destinados ao concurso para o cargo de tabelião e registrador de cartórios do Estado. A Comissão Examinadora, presidida pelo desembargador Paulo Ailton Albuquerque Filho, estuda o termo de referência, documento que antecede o lançamento do edital para contratar a empresa responsável pela seleção.

O número de vagas também está em avaliação. Poderão participar bacharéis em Direito ou aqueles que comprovarem pelo menos dez anos no exercício de funções em cartórios.

Também fazem parte da Comissão os juízes Eduardo Scorsafava, Vinícius Bastos e Fernando Teles, além do procurador de Justiça Maurício Carneiro (representante do Ministério Público), do advogado Fábio Moreira (OAB), de Samuel Araripe (notários e tabeliães) e de Expedito de Araújo (registradores). O Tribunal criou página no site www.tjce.jus.br, que apresenta informações e documentos relativos ao concurso.

Transferência da Vara de Custódia agiliza autuação

A unidade passou a funcionar em prédio anexo à Delegacia de Capturas

Em agosto, a Vara Única de Audiências de Custódia de Fortaleza foi transferida para o prédio anexo à Delegacia de Capturas (Decap), no Centro da Capital, onde os presos ficam recolhidos. A mudança ocorreu, principalmente, para evitar o deslocamento de detentos ao Fórum Clóvis Beviláqua, no bairro Edson Queiroz.

Com a medida, o Judiciário cearense se tornou o primeiro a realizar esse tipo de sessão em estrutura anexa à Decap. “A mudança representa avanço significativo na efetividade da prestação jurisdicional, uma vez que estamos realizando audiências em um prédio

seguro, com todos os ambientes necessários”, destaca a titular da Vara, juíza Marlúcia Bezerra.

Desde o dia 7, quando foi inaugurada, até 31 de agosto, foram autuados 552 presos provisórios. O número é quase duas vezes maior do que o registrado no mesmo mês do ano passado.

Segundo a magistrada Adriana Dantas, que responde pela unidade, a nova estrutura possibilita apresentar o preso, no menor tempo possível, ao juiz, que decidirá sobre a necessidade do encarceramento.

O novo local possui 511,80 m² de área total, com espaços para juízes, promotores de Justiça, defensores

públicos e advogados, além de celas. Possui, ainda, rigoroso controle no acesso às quatro salas de audiência e câmeras de vigilância em todo o prédio. Fica na rua Conselheiro Tristão, 188, Centro (entrada pela rua Antônio Pompeu). Funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h.



Inauguração da nova estrutura

SUGESTÃO CULTURAL

Marcelo Maia
Assessor Técnico da
Secretaria de Planejamento e
Gestão (respondendo) – TJCE



LIVRO

A Ralé Brasileira
Quem é e como vive

A obra do professor e pesquisador Jessé Souza procura descrever o modo de vida e de pensar da camada mais pobre da sociedade brasileira. Discute também as teses equivocadas de que, para se amenizar desigualdades, basta promover desenvolvimento econômico e combater a corrupção política. Segundo Marcelo, “é uma interessante análise das desigualdades sociais brasileiras que vai muito além da noção de classe social que considera apenas renda e poder aquisitivo”.

Cássia Carvalho
Estagiária da Assessoria de
Comunicação Social – TJCE



FILME

A Família Bélier
(La Famille Bélier)

Paula mora com o pai, a mãe e o irmão surdos. É a intérprete oficial da família. A jovem descobre, ainda na escola, o talento para a música e deseja viajar a Paris para teste de seleção que pode mudar a vida dela. Cássia avalia que “a trama fala sobre a importância da inclusão social de surdos, mas também aborda questões importantes para o ser humano, como superação de obstáculos, liberdade e perdão”.

Luis Eduardo de Menezes
Superintendente da Área
Administrativa – TJCE



FILME

Decisão de Risco
(Eye in the sky)

Durante uma operação para capturar terroristas no Quênia, a coronel Katherine Powell vê sua missão mudar ao ficar sabendo que estão preparando um ataque suicida. Com a nova descoberta, ela decide bombardear o local onde os terroristas estão, porém precisará de diversas autorizações para isso. Para Luis Eduardo, o filme vale a pena por mostrar “processo de tomada de decisão muito interessante por um comitê de crise”.